

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 12/12/22
pp. Marcella Lima
Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões e Subcomissões
Secretaria da Comissão de Justiça

Ao Deputado

para relatar.

Em 14/12/22
Presidente da Comissão de Constituição
e Justiça

Henrique Pires
HP
Antônio Henrique de Carvalho Pires
DEPUTADO ESTADUAL



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER Nº _____/2022

AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 57 DE 2022.

(Autor: Governadora do Estado – MSG. Nº 85/GG)

“Cria o Fundo da Polícia Militar do Estado do Piauí para políticas públicas de segurança pública - FUNPM”.

RELATOR: DEP. HENRIQUE PIRES

I – RELATÓRIO

Apresento, de acordo com os arts. 34, I, a), do Regimento Interno desta Casa, parecer onde examinamos aspectos de natureza constitucional, legal, jurídica, regimental e de técnica legislativa atinentes ao projeto de lei que passo a analisar.

Trata-se de projeto de lei ordinária que *Cria o Fundo da Polícia Militar do Estado do Piauí para políticas públicas de segurança pública – FUNPM*.

A iniciativa da proposta é desempenhada pela nobre governadora do estado do Piauí, Maria Regina Sousa.

Eis o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Conforme previsão regimental, mais especificamente disposta nos arts. 59, 61, 137 e 139 do regimento interno desta Casa, o parecer apreciador da matéria deve obedecer a exigências intrínsecas e indispensáveis à edição de norma, dentre as quais a verificação da constitucionalidade, vício de iniciativa, competência dentre outras.



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

A função Legislativa ora analisada se enquadra no rol do art. 96, I, "b)" e art. 105, I, do Regimento interno, bem como no Art. 75, §2º, II, c, da Constituição Estadual.

Ao aprofundar o exame da proposição verifico que, este projeto de lei possui embasamento constitucional.

Em relação à Constituição Estadual, a iniciativa de lei que verse sobre a matéria de que trata o projeto em tela, se encontra no rol de competência exclusiva do chefe do poder executivo, conforme previsão do Art. 75, §2º, II, c, daquela norma.

Por fim, vale ressaltar que a análise a nível de Comissão de Constituição e Justiça, não se alonga por critérios de conveniência, mérito ou mesmo oportunidade nas proposições a ela submetidas, mas tão somente à eventual existência de óbices de inconstitucionalidade, antijuridicidade, vícios de iniciativa ou de técnica na edição de normas, restando a cargo das comissões especiais a verificação daqueles critérios.

Por todo o exposto, manifesto-me **favoravelmente** à sua aprovação.

Este é o meu parecer.

III - PARECER DA COMISSÃO

Em discussão, em votação:

Pelo acatamento (X)

Pela rejeição ()

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 19 de Dezembro de 2022.

DEP. HENRIQUE PIRES
RELATOR

*Comissão de Adm. Pública
Acatou o parecer da Comissão
de Justiça
Dep. Henrique Pires*

